



INFORMATIVO

O TUIUTI



*ÓRGÃO DE DIVULGAÇÃO DA ACADEMIA DE
HISTÓRIA MILITAR TERRESTRE DO BRASIL/RIO GRANDE DO SUL (AHIMTB/RS)
- ACADEMIA GENERAL RINALDO PEREIRA DA CÂMARA -
E DO INSTITUTO DE HISTÓRIA E TRADIÇÕES DO RIO GRANDE DO SUL (IHTRGS)*

510 anos da descoberta da Ilha de São Francisco e do Rio da Prata por Juan Dias de Solis. 490 anos do início do 2º Ciclo econômico no Brasil, o do Açúcar. 480 anos da fundação de Santos, por Brás Cubas. 460 anos da fundação de São Sebastião do Rio de Janeiro. 410 anos da expulsão dos franceses do MA pelos luso-brasileiros. 400 anos da chegada a Salvador da esquadra de Dom Fadrique de Toledo Osório (Jornada dos Vassalos) e expulsão dos holandeses. 390 anos da perda do Arraial do Bom Jesus para os holandeses. Prisão de Domingos Fernandes Calabar e execução pelo Conselho de Guerra em Porto Calvo, acusado de alta traição em favor dos holandeses. 380 anos do início da Insurreição Pernambucana contra os holandeses e do Compromisso Imortal. Elevação do Brasil a Principado. 330 anos do início do Ciclo do Ouro. Morte de Zumbi dos Palmares. Destruição do quilombo de Palmares. 310 anos do II Tratado de Utrecht e devolução da Colônia do Sacramento a Portugal. 290 anos da Guerra Luso-Espanhola (até 1737) e da assunção do governo do Rio de Janeiro pelo Brigadeiro José da Silva Pais. 270 anos da criação da Companhia Geral de Comércio do Grão-Pará e Maranhão e criação da Capitania do Rio Negro. 260 anos do início da Derrama em Minas Gerais. 210 anos da elevação do Brasil à categoria de Reino Unido de Portugal e Algarves. 200 anos do reconhecimento da independência do Brasil por Portugal. Início da Guerra da Cisplatina. Nascimento de Dom Pedro II. 190 anos do início da Revolução Farroupilha. 180 anos do fim da Guerra dos Farrapos. 160 anos da Tomada de Corumbá pelo Paraguai. Declaração de guerra do Paraguai à Argentina e invasão de Corrientes. Tratado da Tríplice Aliança. Fim da Questão Christie. 150 anos do Regulamento Disciplinar do Exército. 130 anos do fim da Revolta Federalista no RS. 90 anos da Lei de Segurança Nacional e da vitória contra a Intentona Comunista. 80 anos das grandes conquistas da FEB na Itália e fim da 2ª GM. 70 anos da crise institucional de 1955. 60 anos do AI2. 30 anos da UNAVEM.

2025

Janeiro

Nº 470

DISCIPLINA E OBEDIÊNCIA

General de Brigada Veterano Luiz Eduardo Rocha Paiva

Disciplina é o cumprimento, por pessoas e grupos, de regras e procedimentos sociais e profissionais consolidados pela experiência e que, embora não sejam imutáveis, estejam vigentes numa entidade.

Obediência, sem desmerecer sua relevância, limita-se à ação de cumprir ordens e normas determinadas por um ator com poder para emití-las.

A disciplina é algo mais amplo e se manifesta não apenas pelo esforço para manter a execução de um plano ou de procedimentos pessoais ou grupais consagrados, mas principalmente pela motivação e vontade de promover a evolução ou a transformação de uma entidade.

Obediência requer disciplina, mas disciplina exige bem mais do que obediência, podendo até dispensá-la em determinadas situações.

No conceito de disciplina, as regras não se restringem às dos campos político e jurídico.

Abrangem também comportamentos pessoais e grupais específicos, de acordo com as diferentes profissões, envolvendo aspectos técnicos, operacionais, táticos, estratégicos, sociais, morais, éticos e relacionais.

Mas, não são imutáveis para não engessar a gestão.

Quando regras, normas ou leis não se regem pelo direito natural e por princípios morais e éticos, quando buscam interesses pessoais ou grupais e não o bem comum, a disciplina e a obediência se desvirtuam, exigindo a reformulação daquele ordenamento.

Da mesma forma, quando líderes ou chefes de uma entidade, pública ou privada, se valem de regramentos ilegais ou injustos, que desvirtuem legítimas normas vigentes, ou causem danos injustificáveis os subordinados devem questionar a obrigação de lhes obedecer, se necessário, judicialmente.

Seria servilismo e não obediência por disciplina.

Disciplina abrange conhecimento, doutrina, método, preceito, harmonia, hierarquia, organização, acatamento, subordinação, comportamento e constância sempre orientados à missão que, presume-se, tenha elevados propósitos.

A obediência vem da disciplina e engloba respeito, acatamento, seguimento, subalternidade, deferência e flexibilidade.

A disciplina consciente qualifica o profissional diferenciado, isto é, que não depende de fiscalização porque trabalha com convicção.

Disciplina por temor aos instrumentos disciplinares de castigo, pena e punição; e obediência por servidão, sujeição, veneração, submissão, docilidade e vassalagem degradam a dignidade que as valoriza.

Se uma autoridade, diante de um imperativo moral e cívico, optar por não enfrentar desafios que ameacem interesses pessoais ou grupais e usar a disciplina e a obediência como alívios à sua consciência inquieta e como escudos para o silêncio e a omissão, ela estará, de fato, trilhando a senda que degradará a Disciplina e a Obediência.

#####

O MAJOR QUE COMBATEU O TENENTISMO¹

Luiz Ernani Caminha Giorgis(*)

“Imolando-se pela Pátria, adquiriram uma glória imortal e tiveram soberbo mausoléu, não na sepultura em que repousam, mas na lembrança viva de seus feitos.

Os homens ilustres tem por túmulo a terra inteira”.

Péricles (circa 495/492 - 429 a.C.)

INTRODUÇÃO

Em 23 de dezembro de 1883, há 141 anos, nascia em Taquara², RS, um futuro oficial do Exército Brasileiro que se destacou sobremaneira no cenário nacional e regional.

O menino, filho de José Luís Esteves e de Emília Monteiro Esteves, recebeu o nome de Emílio Lúcio Esteves, tendo sido registrado e criado em sua cidade natal.

¹ Movimento político-militar que se desenvolveu durante o período de 1920 a 1935, aproximadamente, sob a liderança dos “tenentes”, nome com que ficaram conhecidos os oficiais revolucionários da época, nem todos verdadeiros tenentes, mas em sua grande maioria oficiais de baixa patente. Constituiu um dos principais agentes históricos responsáveis pelo colapso da Primeira República, ou seja, está inserido no processo de crise da sociedade agroexportadora e do Estado oligárquico no Brasil que culminou com a Revolução de 1930 (CPDOC/FGV).

Nota do autor: na verdade, as raízes do tenentismo são anteriores à República, conforme José Murilo de Carvalho.

² Município situado a 72 km (rodovia) a nordeste de Porto Alegre, faz parte da Região Metropolitana da capital. População de 54 mil habitantes. Sua história, que remonta a 138 anos (2024), está vinculada à colonização alemã do Vale do Paranhana.

Com 20 anos de idade, abril de 1903, conseguiu ingressar³ como aluno na Escola Preparatória e de Tática de Rio Pardo (RS). Ainda neste ano de 1903 (11 de setembro), a escola foi

“recolhida para a capital do estado, por transferência, cumprindo lei do Congresso Nacional e sancionada pelo Presidente da República conforme a Ordem do Dia nº 165, de 14 de setembro de 1903 do Comando do 6º Distrito Militar, que tinha sede, na época, em Rio Grande, RS” (Bento; Giorgis, 2005, p. 75)⁴.

Assim como a maioria de seus colegas, Emílio Lúcio Esteves passou a ser Aluno da Escola Preparatória e de Tática de Porto Alegre, no Casarão da Várzea, onde a instituição de ensino passou a funcionar.

Até então, o Casarão da Várzea havia sido ocupado pelo 25º Batalhão de Infantaria.

Com a criação da Escola de Guerra de Porto Alegre em 2 de outubro de 1905, Emílio foi matriculado e passou a ser Aluno da EGPA.

Tendo concluído o curso em 1908, foi declarado Aspirante a Oficial de Infantaria e Cavalaria em janeiro de 1909. Adotou ele o nome-de-guerra de Esteves.

A Fé-de-Ofício do nosso biografado, obtida por meio do Arquivo Histórico do Exército, informa os seus destinos entre 1909 e 1911, já como Aspirante a Oficial e Tenente:

- Comissão da Carta Geral da República (Porto Alegre, janeiro a abril de 1909);
- Escola de Artilharia e Engenharia (Rio de Janeiro, abril a outubro de 1909);
- 12ª Região de Inspeção Permanente (Porto Alegre, outubro de 1909 a fevereiro de 1910);
- 30º Batalhão de Infantaria (Porto Alegre, fevereiro de 1910); e - 10º Regimento de Infantaria (Porto Alegre, fevereiro de 1910 a julho de 1912).

A Carta Geral⁵, na época, era sediada na rua Luiz Afonso, Cidade Baixa.

DESIGNAÇÃO PARA A BRIGADA MILITAR⁶ DO RIO GRANDE DO SUL

Em julho de 1912, Emílio (ao lado, já como general) foi indicado para ser instrutor da Brigada Militar do Rio Grande do Sul (BMRS) na condição de Capitão em Comissão, ou seja, tenente comissionado em capitão.

Mas, nesta corporação, colocado à disposição do Governo do RS pelo Governo Federal, exerceu outras funções.

O destaque, entretanto, foi como instrutor⁷, nobre função na qual permaneceu durante 16 anos, de julho de 1912 a 1928, e na qual contou com outros colegas do Exército, a saber, em ordem alfabética:

Adalberto Pompílio da Rocha Moreira (1891-1972), Agnelo de Souza, Alcides Alves da Silva, Alcindo Nunes Pereira⁸, Amyr Borges Fortes, Anatólio Baeckel, Antônio Dias Teixeira de Mesquita, Armando Nestor Cavalcanti, Arthur Otaviano Travassos Alves, Augusto Soares dos Santos, Cícero Perfeito Ferreira, Estevão Taurino de Resende Neto, Francisco De Lorenzi, Hélio Peres Braga, Henrique Beckmann Filho (já na década de 1960), Heraclides Fontela de Oliveira, Inocêncio Travassos Souto, Jayme Costa Pereira, João Alves Corrêa Neto, João de Deus Canabarro

³ O jovem Emílio foi trazido para Porto Alegre pelo Capitão (Reformado) João José Pereira Parobé, então Secretário de Obras do RS, que estava em visita de serviço à Taquara e soube da existência do mesmo. Parobé conversou com este e com os pais, que o autorizaram a trazê-lo para matriculá-lo na Escola de Rio Pardo. Parobé foi aluno da Escola Central e da Escola Militar da Província do RS onde, mais tarde, foi professor. Era oficial de Infantaria e foi reformado do Exército por motivo de saúde em 1887. Nascido em São José do Norte, bacharelou-se em ciências físicas e naturais. Participou da fundação da Escola de Engenharia da UFRGS (hoje). Existe uma cidade do interior do RS e uma escola técnica que o homenageiam com o seu nome.

⁴ O Aluno Emílio foi colega de outros ilustres personagens da História Militar: Getúlio Vargas, Eurico Gaspar Dutra, Bertoldo Klinger, Manuel de Cerqueira Daltro Filho, João Mendonça Lima, João Baptista Mascarenhas de Moraes, Salvador César Obino, Pantaleão Pessoa, Valentim Benício, Francisco de Paula Cidade, Raul Silveira de Mello e Outubrino Antunes da Graça, entre outros.

⁵ Inicialmente, Comissão da Carta Geral do Brasil.

⁶ A BMRS foi criada em 1892, partindo do zero. Os planos iniciais para a formação dessa força estadual foram elaborados por oficiais do Exército: Sebastião Barreto, Antônio Adolfo da Fontoura Menna Barreto, Trajano Cardoso e Manuel Joaquim Machado, entre outros (Karnikowski, 2024, p. 14, nota de rodapé). As forças anteriores do RS foram extintas e a BMRS não é herdeira das mesmas.

⁷ Emílio Esteves foi nomeado instrutor da BMRS em 10 de julho de 1912, conforme Pereira, 1950, p. 430.

⁸ Morto, já como Coronel, em um acidente durante demonstração de armas de fogo em Geracino (1949). Comandou o 13º BIB em 1943/44.

Cunha, José Galvão Saldanha de Menezes, Leopoldo Barros de Bitencourt, Osório Tuyuti Fagundes de Oliveira Freitas (1900-1968)⁹, Paulo Luiz Fernandes Bidan, Polidoro Corrêa Barbosa, Raymundo Austregésilo de Lima Bastos e Ruy França (Cabeda, 1991, p. 101)¹⁰.

Todos eles comissionados capitães¹¹, exceto Henrique Beckmann Filho, que já era Tenente-Coronel (década de 1960). O General Beckmann foi Comandante Militar do Sul.



Fato relevante na formação e atualização militar da BMRS foi a utilização da doutrina do EB¹².

O envolvimento desses oficiais no trabalho da polícia militar gaúcha foi sempre marcante. Por exemplo, em 21 de março de 1915, a Ordem do Dia nº 21/BMRS, de 11 do mesmo mês, dizia que:

O comando geral aprovou a proposta dos instrutores capitão Emílio Lucio Esteves, Cícero Ferreira, Anatólio Baeckel, Jaime da Costa Pereira e tenente Cícero Perfeito e determina sejam adotados para os exercícios da tropa o "Guia dos trabalhos de Campanha", organizado pelos mesmos oficiais, e a "Esgrima de espada", do capitão do Exército Domingos do Nascimento, a qual se encontra no livro Homem Forte, do mesmo autor (Pereira, 1950, p. 468).

Em maio de 1922, já na patente de Capitão do Exército - efetivo, Esteves assumiu a chefia dos instrutores da Brigada Militar.

OPERAÇÕES CONTRA O TENENTISMO

A BMRS foi acionada quatro vezes em um período de três anos para combater o "tenentismo" (que ainda não tinha esse nome).

Conforme o historiador (civil) da Brigada Militar Romeu Karnikowski, o Presidente Arthur Bernardes solicitou apoio militar ao Presidente do RS Dr. Antônio Augusto Borges de

Medeiros para debelar a insurreição em São Paulo (2024, p. 89). Borges mandou aprontar essas forças imediatamente.

Esta primeira vez foi em julho de 1924 com uma força provisória chamada de Grupos de Batalhões de Caçadores (BC), comandado por Emílio Lúcio Esteves (Tenente-Coronel Comissionado) e tendo como comandantes subordinados, também comissionados, João de Deus Canabarro Cunha e Arthur Otaviano Travassos Alves.

Esse grupo de Batalhões da Brigada Militar passou à disposição do governo federal para combater a revolta de 5 de julho de 1924¹³ em São Paulo, irrompida também em Sergipe e no Amazonas, regiões estas onde foi dominada com mais rapidez.

O Grupo era formado por dois BC e uma Companhia de Metralhadoras Pesadas (Cia Mtr P). O 1º BC era comandado por Canabarro Cunha e o 2º BC por Arthur Otaviano Travassos Alves. A Cia Mtr P era comandada pelo Capitão Alzemiro Francisco Wellausen, oriundo das próprias fileiras da BMRS¹⁴.

⁹ Professor de Filosofia da EPPA no período, ou parte dele, de 1939 a 1961.

¹⁰ Emílio Lúcio Esteves, João de Deus Canabarro Cunha e Arthur Otaviano Travassos Alves eram os principais oficiais instrutores pertencentes à Missão Instrutora do Exército, que desde julho de 1909 passou a treinar a Brigada Militar (Karnikowski, 2024, p. 17).

¹¹ Esses oficiais, inicialmente, prestaram apoio à BMRS na condição de árbitros dos exercícios táticos policiais-militares.

¹² A Ordem do Dia nº 315 de 29 de julho de 1912, da BMRS, registra que o Presidente do Estado mandou adotar na referida BM o "Regulamento para Instrução de Cavalaria", em vigor no Exército Brasileiro e organizado pelo General José Caetano de Faria.

¹³ A partir daquela data, os rebeldes comandados pelo General Isidoro Dias Lopes ocuparam a capital paulista por três semanas, abandonando então a cidade e deslocando-se para o interior, vindo a ocupar o Oeste do Paraná por sete meses.

¹⁴ Essa tropa foi para o Rio de Janeiro de navio, tendo desfilado na Avenida Rio Branco em 19 de julho de 1924. Seguiu para São Paulo por via ferroviária chegando na capital de São Paulo em 22 de julho (Karnikowski, 2024, p. 97).

A missão confiada a essa unidade era, juntamente com outras forças também legalistas, retomar a cidade de São Paulo e vencer a insurreição.

A luta foi renhida, e se estendeu de 25 a 28 de julho. Em 25, o comando revoltoso¹⁵ - General Isidoro Dias Lopes, decidiu pela retirada dos rebeldes para o interior, contrariando o Major da Força Pública de São Paulo Miguel Costa¹⁶, que acabou sendo convencido.

O Alto Comando das forças legais foi do General Eduardo Artur Sócrates (1860-1944), comandante da 2ª Região Militar. E a retirada dos rebeldes da capital para o interior foi na noite de 28 de julho. Na capital, foram vencidos, destacando-se a atuação das tropas gaúchas.

A fase seguinte foi no interior do estado de SP e durou de 04 até meados de setembro. Os combates mais importantes foram em Santo Anastácio (4 de setembro) e Porto Cinco de Julho/Porto São João (9 de setembro).

Em 20 de setembro o Grupo da BMRS começou a retornar para o RS, chegando em 28 em Porto Alegre com a missão cumprida. Em 10 de outubro, o Grupo de Batalhões foi dissolvido.

Mas em 29 de outubro surgia a notícia do levante em unidades militares do Exército no RS, sublevadas pelo Capitão do EB Luiz Carlos Prestes¹⁷ em Santo Ângelo, São Luiz Gonzaga, São Borja e Uruguaiana.

OPERAÇÕES NO RIO GRANDE DO SUL

Chamado Levante Militar das Missões, ou Levante Militar na Fronteira Missioneira do Estado, foi protagonizado pelo Capitão Luiz Carlos Prestes¹⁸ a partir de 29 de outubro de 1924.

As guarnições sublevadas e seus respectivos líderes e unidades foram os seguintes:

- em Santo Ângelo: Prestes e o Tenente Mario Portela Fagundes – 1º Batalhão Ferroviário;
- em São Luiz Gonzaga: Tenente João Pedro Gay – 3º Regimento de Cavalaria Independente;
- em São Borja: Capitães Antônio de Siqueira Campos e Ruy Zubaran, e Tenente Aníbal Benévolo – 2º Regimento de Cavalaria Independente; e
- em Uruguaiana: Capitão Juarez do Nascimento Fernandes Távora; Tenentes Oswaldo Cordeiro de Farias e Edgar Dutra – 5º Regimento de Cavalaria Independente.

Luiz Carlos Prestes imediatamente subordinou-se ao General (reformado) Isidoro Dias Lopes, o “Marechal da Revolução de São Paulo” (Karnikowski, 2024, p. 120). Isidoro promoveu Prestes a Coronel. Em 31 de outubro, Prestes transferiu sua base de operações de Santo Ângelo para São Luiz Gonzaga.

Diversos revolucionários civis, muito conhecidos, também participaram dessa revolta. Entre eles, Honório Lemes, José Antônio Netto (Zeca Netto), Leonel Rocha, Júlio Barrios, Olinto Mesquita, Filipe Portinho, Bernardo Padilha e Amaro Assis Brasil.

Entre os legalistas, militares e civis, sobressaíram-se Eurico de Andrade Neves, Firmino Antônio Borba, Claudino Nunes Pereira, Deoclécio Mota, Volenciano Coelho, José Antônio Flores da Cunha e Júlio Rafael de Aragão Bozano, entre outros.

O governo do RS imediatamente comunicou ao governo federal a situação no estado. As providências não tardaram.

O primeiro enfrentamento ocorreu no mesmo dia 29 em Alegrete, onde oficiais e praças do 2º Grupo de Artilharia a Cavalari (2º GACav), liderados pelo Tenente João Alberto Lins de Barros, passaram-se para o lado rebelde e enfrentaram o 2º Corpo Auxiliar da BM quando foram vencidos.

Entre outros, os locais dos principais embates foram os seguintes, na sequência, entre 29 de outubro de 1924 e 03 de janeiro de 1925: Alegrete, Itaqui, Recreio, Alegrete, Barro Vermelho, Itaqui, Saicã, Guaçu-Boi, Cacequi, Cerro da Conceição, Camaquã, Seival, Tupanciretã e São Luiz.

Em dezembro de 1924, o General Andrade Neves incumbiu o Tenente-Coronel Emílio Lúcio Esteves de organizar um novo destacamento para o enfrentamento aos rebeldes. No dia 29 de dezembro essa força, de 1.300 homens,

¹⁵ Principalmente Isidoro Dias Lopes, Miguel Costa, João Francisco Pereira de Souza (a Hiena do Cati), Newton Estillac Leal, Joaquim Távora, Azaury de Sá Brito e Souza, Eduardo Gomes e Juarez Távora, entre outros (idem, p. 103)

¹⁶ Miguel Alberto Crispim Rodrigo da Costa (Buenos Aires, 3 de dezembro de 1885 – São Paulo, 2 de setembro de 1959).

¹⁷ Prestes era capitão de Engenharia do EB. Em julho de 1924, solicitou licença para tratamento de saúde e dois meses depois, em setembro, pediu demissão do serviço ativo. Quando aconteceram os levantes estava ele somente licenciado, por isso pode ser considerado um desertor.

¹⁸ Prestes usou de um documento falso para assumir o comando da revolta. Às 2200 h de 28 de outubro, o Tenente Hugo Carvalho, Fiscal Administrativo do Batalhão Ferroviário de Santo Ângelo recebeu um telegrama forjado o qual, supostamente, era do General Comandante da 3ª RM – General de Divisão Eurico Andrade Neves. O documento determinava ao tal Tenente Hugo que passasse o comando do Batalhão imediatamente ao Capitão Prestes, o que foi cumprido. Quando o Tenente soube da trama não havia mais tempo (Carneiro, 1965, p. 289).

estava já pronta – em Santo Ângelo, formada pelo 2º Regimento de Cavalaria, 18º Corpo Auxiliar de Santa Bárbara, 26º Corpo Auxiliar de Santo Ângelo e pela 2ª Bateria do 6º Regimento de Artilharia Montada (Cruz Alta).

O Destacamento Esteves progrediu na direção norte para alcançar o Rio Uruguai. Ao chegar na região de Comandá, Esteves decidiu infletir a leste, ao norte de Ijuí. Decisão acertada, porque o Destacamento, em 3 de janeiro de 1925, enfrentou, em um combate de encontro, a coluna de Luiz Carlos Prestes.

Este foi o Combate da Ramada, Palmeira das Missões, no qual, conforme Romeu Karnikowski:

...as forças rebeldes¹⁹, sob o comando do próprio capitão/coronel Prestes e o Destacamento Esteves foi extremamente encarniçado, cruento e renhido, onde as forças legalistas e rebeldes se bateram com extrema bravura (Karnikowski, 2024, p. 179).

Depois de sete horas de combate, os revoltosos mudaram a direção da marcha e infletiram no rumo de Campos Novos, SC. Deixaram 80 mortos. As baixas do lado legalista foram de 17 mortos e feridos.

Fator importante na peleja foi o seguinte: às 15 horas acabou a munição do Destacamento Esteves, e o ressurgimento tardou, o que possibilitou aos rebeldes romper as linhas legais e seguir rumo ao norte. Quando a logística foi restabelecida, começou a perseguição aos rebeldes. Para isso, a 3ª RM determinou a formação do chamado Grupo de Destacamentos, sendo que um deles era o do Tenente-Coronel Esteves. Este Destacamento foi dissolvido em 16 de abril.

Mas, ainda no combate à Coluna Miguel Costa-Prestes, em setembro de 1925 o Tenente-Coronel Emílio Lúcio Esteves foi designado para a região central do país – Goiás e Minas Gerais. Recebeu ele um Destacamento Volante, formado pelo 2º Batalhão de Infantaria, 3º Corpo Auxiliar de Palmeira e forças policiais de Goiás. No final de 1925 e em maio de 1926, estas tropas receberam ordem de retornar para o seu estado de origem, o RS.

Emílio Lúcio Esteves foi ainda acionado para lutar contra o levante tenentista de Santa Maria, eclodido em 16 de novembro de 1926. Foram criados mais dois destacamentos com tropas da BMRS. O que coube ao comando de Esteves foi constituído pelo 1º Regimento de Cavalaria, 15º Corpo Auxiliar e um pelotão do Grupo de Metralhadoras.

Em um total de três destacamentos, os comandos assim ficaram, além do Destacamento Esteves: Destacamento Moraes, comandado pelo Major Luiz Carlos de Moraes e o Destacamento Hipólito, comandado pelo Tenente-Coronel Hipólito Ribeiro Júnior.

Em 25 de dezembro, dia de Natal, Esteves combateu e infligiu severa derrota aos revoltosos em São Sepé²⁰. Esta foi a derradeira operação contra os rebeldes tenentistas no RS, os quais passaram a ser perseguidos por corpos auxiliares tendo, aqueles, cruzado a fronteira com o Uruguai pela região de Serrilhada (Muxfeldt; Giorgis, 2022, p. 306).

MISSÃO CUMPRIDA

Em fevereiro de 1929, Emílio Lúcio Esteves foi promovido ao posto de tenente-coronel efetivo, ao mesmo tempo em que concluiu sua missão na BMRS. Neste posto, foi aprovado no curso da Escola de Estado-Maior²¹, a qual cursou no período 1929/1930, sendo classificado, a seguir, no antigo Departamento de Guerra (1930).

Paralelamente, além dos cursos militares, formou-se também Bacharel em Engenharia Civil pela Escola de Engenharia de Porto Alegre, RS.

Ainda colaborou mais uma vez com a BMRS como autor do projeto de engenharia do prédio do Comando da BMRS, na Rua dos Andradas, em Porto Alegre, esquina com a rua General Canabarro (hoje, QG Auxiliar).

Por ocasião da Revolução de 1930, estando no Rio de Janeiro, foi designado para acompanhar Getúlio Vargas na sua viagem de Ponta Grossa até o Rio de Janeiro. Na capital do país, foi designado para comandar a PMDF, hoje PMERJ, no período 1931/36. Foi promovido a Coronel em abril de 1931.

Emílio Lúcio Esteves foi promovido a General de Brigada em 1932. Ainda no Rio, foi Presidente do Clube Militar no período 1934/35.

Após a eclosão e derrota da Intentona Comunista de 1935, Esteves foi participante das reuniões que analisaram as expulsões de comunistas do EB.

Retornando ao RS, foi Comandante da 3ª Região Militar no período de 1936/37.

¹⁹ Fato insólito nas tropas de Prestes foi a presença de mais de cem mulheres, todas fardadas (Karnikowski, 2024, p. 177).

²⁰ Combate de Santa Bárbara ou Salsinho. Foi o maior revés dos rebeldes desde o Combate do Passo da Guarda.

²¹ Esta escola foi a reorganizada já pela Missão Militar Francesa. Emílio fez o Curso de Revisão porque já possuía o curso anterior.

Com a situação tensa do país pré-Estado Novo, instituído por Getúlio Vargas no final de 1937, o General Esteves foi nomeado executor do Estado de Guerra no RS já em abril daquele ano. Nesta situação, posicionou-se contra o governo federal na medida em que o mesmo impôs o desarmamento da BMRS, não concordando, também, em se contrapor ao governo do General Honorário José Antônio Flores da Cunha no RS.

Em 18 de junho de 1937 o estado de guerra foi suspenso em todo país.

Foi, entretanto, substituído pelo General Manuel de Cerqueira Daltro Filho e nomeado comandante da 4ª RM/4ª DI²², Belo Horizonte, já em 1937/38. Em seguida, foi designado Diretor de Engenharia (Rio de Janeiro, 1938/39).

Promovido a General de Divisão, foi designado Comandante da 5ª RM, sede em Curitiba, PR (1939/41). Foi também Inspetor Geral do 2º Grupo de Regiões Militares em São Paulo.

De volta ao Rio de Janeiro, foi Comandante do Curso de Alto Comando do Exército.

Esta, abaixo, é a síntese da Fé-de-Ofício do General Esteves (Fonte: AHEx).

Casado com a senhora Clélia Duarte (Picucha). O casal teve somente uma filha: Menaide Duarte Esteves, nascida em 29 de agosto de 1910. Data de praça: 07 de abril de 1903. Faleceu no Serviço Ativo. Vida escolar/cur-sos: Curso de Infantaria e Cavalaria pela Escola de Guerra, pelo Regulamento de 1905. Escola de Aperfeiçoamento. Escola de Estado-Maior. Curso de Informações. Curso de Engenharia Civil. Serviu nas seguintes organizações militares: Escola Preparatória e de Tática (Rio Pardo, abril de 1903 a fevereiro de 1906); Escola de Guerra (Porto Alegre, fevereiro de 1906 a janeiro de 1909); Comissão da Carta Geral da República (Porto Alegre, janeiro a abril de 1909); Escola de Artilharia e Engenharia (Rio de Janeiro, janeiro a outubro de 1909); 12ª Região de Inspeção Permanente (Porto Alegre, outubro de 1909 a fevereiro de 1910); 30º Batalhão de Infantaria (Porto Alegre, fevereiro de 1910); 10º Regimento de Infantaria (Porto Alegre, fevereiro de 1910 a julho de 1912); 12ª Região de Inspeção Permanente (Porto Alegre, julho de 1912 a março de 1916); 4ª Companhia de Metralhadoras Pesadas²³ (março a agosto de 1916); Comissão da Carta Geral da República (Porto Alegre, agosto a novembro de 1916); 7ª Região Militar²⁴ (Porto Alegre, novembro de 1916 a março de 1921); Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais (Aluno) (Rio de Janeiro, março a dezembro de 1921); 3ª Região Militar (Porto Alegre, janeiro de 1922 a maio de 1929); Escola de Estado-Maior (Aluno) (Rio de Janeiro, maio de 1929 a novembro de 1930); Departamento do Pessoal da Guerra (Rio de Janeiro, dezembro de 1930 a dezembro de 1931); Comandante Geral da Polícia Militar do Distrito Federal (Rio de Janeiro, dezembro de 1931 a outubro de 1936); Comandante da 3ª Região Militar (Porto Alegre, outubro de 1936 a agosto de 1937); Comandante da 4ª Região Militar/4ª Divisão de Infantaria (Juiz de Fora, agosto de 1937 a agosto de 1938); Diretor de Engenharia (Rio de Janeiro, agosto de 1938 a agosto de 1939); Comandante da 5ª Região Militar (Curitiba, agosto de 1939 a março de 1941); Inspetor Geral do 2º Grupo de Regiões Militares (São Paulo, março de 1941 a dezembro de 1943). Promoções: aspirante a oficial: 02 de janeiro de 1909; segundo-tenente: 1º de fevereiro de 1911; primeiro-tenente: 8 de fevereiro de 1918; capitão: 30 de abril de 1922; major: 22 de outubro de 1924; tenente-coronel: 7 de fevereiro de 1929; coronel: 30 de abril de 1931; general de brigada: 29 de dezembro de 1932; general de divisão: 13 de maio de 1939; general de exército: post mortem, por decreto de 27 de abril de 1951. Medalhas: Militar de Ouro (30 anos) e Comemorativa do Cinquentenário da Proclamação da República (1939). Condecorações: Comendador da Ordem do Mérito Militar e Comendador da Ordem de São Maurício e Lázaro (Itália). Outras informações, até 1927: comandou o Batalhão da Brigada Militar na Revolta de 5 de julho de 1924, em São Paulo; para esta missão foi comissionado no posto de Tenente-Coronel e ficou à disposição do Governo Federal. Ao retornar, em setembro daquele ano, foi promovido a Major no mês seguinte. Em novembro, foi designado a comandar o Destacamento da Brigada Militar no combate aos rebeldes liderados pelo Capitão Luís Carlos Prestes na região de Santo Ângelo, no oeste do Rio Grande do Sul, onde permaneceu até março de 1925. Em agosto daquele ano passou a comandar um Destacamento da Brigada Militar para enfrentar efetivos da Coluna Miguel Costa-Prestes em Goiás. Em março de 1927, assumiu o cargo de diretor do Curso de Preparação Militar da Brigada Militar, aliado à chefia dos instrutores da Corporação (Fé-de-Ofício-Pasta nº XXX-48-142-DGA-AHEx e Almanaque de Oficiais de 1943).

O historiador da BMRS Romeu Machado Karnikowski publica a seguinte síntese curricular do General Emílio:

O tenente-coronel Emílio Lucio Esteves (1883-1943) era uma das estrelas mais brilhantes do oficialato governista nessa guerra insurrecional²⁵. Oficial do Exército formado em engenharia. Em 3 de julho de 1912, no

²² Comando conjunto de duas grandes unidades sob o mesmo general.

²³ Nota do Editor: unidade não localizada na árvore genealógica do Arquivo Histórico do Exército. Provavelmente em Porto Alegre, mas pertencente à BMRS.

²⁴ Grande Unidade administrativa antecessora da 3ª RM (Bento, 1994, p. 34).

²⁵ Refere-se o autor às lutas contra o Tenentismo.

posto de 2º tenente, o Ministro da Guerra o colocou à disposição do Governo do RS, como instrutor da Brigada Militar com a patente de capitão da milícia. Professor da Escola de Engenharia de Porto Alegre, especialista em estrada de rodagem. Durante muitos anos serviu como oficial da Missão Instrutora na Brigada Militar. Em julho de 1924, enquanto capitão instrutor foi nomeado comandante do Grupo de Batalhões de Caçadores da Brigada Militar, no posto de tenente-coronel para combater a insurreição tenentista de São Paulo, tendo como oficiais comandantes dos dois batalhões que constituíram o Grupo, os capitães instrutores João de Deus Canabarro Cunha e Arthur Otaviano Travassos Alves, ambos comissionados tenentes-coronéis. Depois de notável desempenho no levante tenentista de São Paulo. O Grupo de Batalhões de Caçadores foi dissolvido em 8 de outubro de 1924. No levante revolucionário das Missões²⁶ ele comandou o Destacamento Esteves em Livramento. Em fins de dezembro, por ordem do general comandante da 3ª Região Militar²⁷ deveria constituir mais um destacamento para combater os rebeldes tenentistas que, ao saírem de São Luiz Gonzaga, para evitar o propalado "anel de ferro"²⁸, depois de 20 de dezembro de 1924, começavam a famosa jornada que passaria ser denominada Marcha da Coluna Prestes. Quando as tropas governistas entraram em São Luiz encontraram a cidade totalmente vazia dos rebeldes. Dessa forma, o Destacamento Esteves, formado em Santo Ângelo, em 29 de dezembro, com o 2º Regimento de Cavalaria, 18º e 26º Corpos Auxiliares da Brigada Militar e uma bateria do 6º Regimento de Artilharia, sediado em Cruz Alta, rumou ao norte, mas chegando em Comandá, virou para a direita e marchou na direção pouco acima de Ijuí para cortar o caminho da coluna rebelde que, sob o comando de Prestes, rumava acelerada para o norte para fazer junção com os rebeldes de São Paulo. Em Ramada, no dia 3 de janeiro de 1925, se deu o cruento e encarniçado combate entre o destacamento Esteves e a coluna tenentista. Em 1929, no posto de coronel ele deixou os serviços de instrução da Brigada Militar. Em 1932, foi promovido a general-de-brigada. Comandante da 3ª Região Militar em 1937. Em 1939, foi promovido a general-de-divisão. Faleceu em 1943 em acidente automobilístico próximo de Tramandaí (Karnikowski, 2024, p. 170).

Emílio Lúcio Esteves faleceu tragicamente em 10 de dezembro de 1943, aos 59 anos, 13 dias antes de completar 60 anos, em um desastre de automóvel na estrada Tramandaí-Porto Alegre.

Estava ele regressando para a capital de uma viagem de inspeção naquela região, para onde foi em cumprimento da sua missão, que era viajar para inspecionar os postos de observação mantidos pelo Exército na orla do Atlântico em função da II Guerra Mundial.

O corpo do General Esteves foi levado para a capital e no dia 11 de dezembro aconteceu o funeral no Salão de Honra do Quartel-General da 3ª Região Militar. Além de militares do Exército e da Brigada Militar diversas autoridades compareceram ao funeral, incluindo o interventor do Estado, Ernesto Dorneles, e o prefeito de Porto Alegre, Antônio Brochado da Rocha.

Foi promovido post-mortem a General de Exército (Fonte: FGV - Dicionário Biográfico Brasileiro, vol. 2, p. 1206). A viúva e a filha resolveram fixar residência no Rio de Janeiro.

Pelo menos duas cidades o homenagearam nominando ruas com o seu nome, por exemplo:

- em Porto Alegre, a Avenida General Emílio Lúcio Esteves, Bairro Santa Maria Goretti, Zona Norte; e
- em Taquara, sua cidade natal, a Rua General Emílio Lúcio Esteves, Bairro Santa Rosa.

Em Blumenau, SC a Escola Básica Municipal situada no bairro Itoupava Alta, criada em abril de 1943, adotou o nome General Lúcio Esteves, pelo Decreto nº 491, de 10 de março de 1964.

O 8º Batalhão de Polícia Militar, da BMRS, o homenageia como seu patrono – Batalhão General Lúcio Esteves, assim instituído por meio do Decreto Estadual Nº 20.328, de 10 de junho de 1970. A sede do 8º BPM é Osório, RS.

Referências esparsas dão conta de que quando no comando da 5ª RM em Curitiba, quando em viagem ao interior do PR, Esteves vislumbrou a importância da região de Cascavel como intermediária entre Guarapuava e Foz do Iguaçu. Existe uma ponte na região denominada Ponte General Lúcio Esteves.

Conforme Alceu Speranza, os viajantes chamavam o lugar de “Encruzilhada dos Gomes” e os religiosos o designavam como “Aparecida dos Portos” mas os mapas já o assinalavam como “Cascavel”.

Hoje, Cascavel é sede da 15ª Brigada de Infantaria Mecanizada do Exército.

CONCLUSÕES

²⁶ Norte e noroeste do RS.

²⁷ General Eurico de Andrade Neves.

²⁸ Provavelmente, refere-se o autor às operações de cerco.

Não vou escrever sobre liderança direta, organizacional ou estratégica, pois já se teorizou bastante sobre esses conceitos.

Liderança é difícil de ser estruturada e enquadrada em conceitos herméticos. Ela é exercida nos níveis técnico-tático, operacional (intermediário) e estratégico como sempre o foi. Em cada um deles, variam o grau de cobrança (não tanto de importância) de determinados princípios e valores, a frequência com que o líder deve evidenciar certos atributos, bem como a missão e os desafios.

Neste artigo, apresento uma visão pessoal consolidada ao longo de mais de quatro décadas no Exército, sendo 38 anos de serviço. Alguns aspectos desta percepção coincidem com ideias consagradas sobre o tema como não poderia deixar de ser. Outras, creio, podem servir de motivo para se refletir e discutir.

2. CONVICÇÕES AMADURECIDAS.

Nem todos os chefes militares serão líderes na plenitude do termo. O Exército (EB) precisa identificá-los, valorizá-los e aproveitá-los, mas deve proporcionar condições para que todos os chefes militares desenvolvam atributos de liderança no mais alto nível aproximando-se do ideal.

Existem líderes que permanecerão no anonimato e serão líderes no mesmo nível dos grandes capitães da História Militar, embora, talvez, nunca tenham a oportunidade de demonstrá-lo. No entanto, terão plena confiança de seus comandados e é isso que importa para a Força.

Liderar não pode ser um fim em si mesmo. Tem que ter um propósito nobre. No Exército é servir à Pátria, à Instituição, à organização militar (OM), aos comandados, chefes e irmãos de armas sem deixar interesses pessoais – bens, cargos e promoções – guiarem suas ações.

O líder tem que compreender e considerar a situação em que exerce sua chefia – missão, tipo e perfil dos comandados e da fração ou OM – compatibilizando sua atuação com estes e outros aspectos. Há muito não se pensa mais na liderança isolada de um chefe sem a participação de líderes intermediários. O líder deve ser um formador e condutor de líderes.

Em tempos de normalidade, bons e muito bons chefes militares conseguem conduzir a Instituição e as suas OM. Porém, em tempos de incerteza, insegurança, ameaças ou crises, embora esses chefes ajudem, a Instituição e as OM precisam de líderes que lhes apontem os caminhos e as conduzam para vencer desafios e obstáculos anormais.

Assim, quanto mais altos os escalões, maior a necessidade de chefes militares que sejam líderes em sua plenitude, pois nesses níveis reina a incerteza e atuam atores externos com poder para interferir. A preparação de nossos líderes começa na Escola Preparatória de Cadetes (EsPCE) e nunca termina. Desenvolve-se de forma direta, na instrução institucional específica, e indireta, integrada a outras disciplinas e atividades entre as quais se inclui o autoaperfeiçoamento.

Para o chefe militar aproximar-se do nível pleno de liderança será preciso:

- querer liderar e ter entusiasmo por comandar, sendo normal preocupar-se com a responsabilidade;
- ter amor ao EB, considerando-o uma causa, uma das razões de viver, e ter a capacidade de amar ao próximo colocando-se, vis de regra, em segundo plano;
- liderar-se a si próprio, com renúncia, persistência, honestidade de propósitos e dedicação que deve ir além do dever (isso é ter autodisciplina);
- buscar a excelência profissional e a perfeição do caráter (focar o impossível para chegar ao melhor), sabendo que é humano e vai errar e tropeçar, mas vai levantar e prosseguir, esforçando-se para voltar ao rumo certo, ciente de que o subordinado não exige a perfeição no líder;
- todos os atributos são importantes, mas alguns devem ser evidenciados com mais frequência ou maior ênfase nos escalões mais baixos (vigor físico, coragem física, etc.), enquanto outros nos escalões superiores (percepção estratégica, cultura geral, coragem moral, etc.);
- manter um contínuo aperfeiçoamento, seja a cargo do EB, seja por si próprio; - colocar a alma em tudo que fizer, pois se é a mente - onde reside a razão - quem descobre e aponta o caminho da vitória, é o coração - onde vive a emoção, o entusiasmo - quem remove montanhas e conquista os objetivos; e
- aprimorar o caráter (conjunto de hábitos, virtudes e vícios), o que é possível enquanto se for sensível à voz da própria consciência.

Após décadas de serviço, não tenho dúvida de que integridade moral, senso de justiça, coragem, equilíbrio emocional, perseverança, humanidade e austeridade são, ao lado da competência profissional, as principais qualidades do chefe militar para ser um grande líder.

3. UMA PREPARAÇÃO CONTINUADA

Em cada nível – técnico, tático, intermediário e estratégico – a preparação tem características distintas, pois as expectativas e exigências quanto ao desempenho do líder são diferentes. A preparação evolui de forma contínua, começando pelo nível técnico-tático, mais evidenciado nos escalões inferiores onde o pensamento cartesiano e o raciocínio lógico são muito importantes. Nesse nível, as situações enfrentadas são estruturadas e os óbices visíveis, os ambientes são mais estáveis, o horizonte temporal das ações e dos acontecimentos é de curto prazo, os erros cometidos podem ser corrigidos com maior facilidade, tendo reflexos localizados e pouco duradouros. Os fins e as estratégias são estabelecidos e transmitidos pelos escalões superiores.

Por tudo isso, também é importante o estudo das ciências exatas na fase inicial da formação, haja vista desenvolverem o raciocínio lógico. O futuro líder estará em contato direto e constante com os comandados. Posteriormente, entre os escalões intermediários e os mais altos, a preparação começa a galgar o nível estratégico onde prevalece o pensamento holístico.

As situações não são estruturadas e bem visíveis, os ambientes são plenos de incertezas e instabilidades, o horizonte temporal das ações e dos eventos é de médio ou de longo prazo, os erros são difíceis de corrigir a tempo e produzem reflexos amplos e duradouros. Esses níveis definem os fins e as estratégias da instituição. O líder tem um staff e escalões de comando intermediários com os liderados executantes.

Os estudos de Relações Internacionais, Estratégia, Administração, História Militar e Liderança devem começar no início da carreira e evoluir progressivamente em graus de profundidade e intensidade. O EB não pode esperar o ingresso do oficial na ECEME para iniciar os estudos dessas disciplinas, nem deve o oficial esperar que apenas a Força o aperfeiçoe. Deve ser um autodidata, sendo fundamental a leitura de obras relacionadas com essas disciplinas.

A preparação da passagem do “cartesiano para o holístico”, ou seja, do técnico-tático para o estratégico deve começar desde o início da formação.

Devemos ter em mente que o cidadão não ingressa na AMAN para ser um tenente, por mais importante que seja esse posto, e sim para ser um chefe militar.

Dessa forma, deve ser preparado, continuamente, para estar em condições de vir a atuar nos altos escalões e a ser um líder estratégico na Força no futuro. O ensino de Relações Internacionais na AMAN, a partir de 2008, foi um passo importante.

Outro passo seria o de aprofundar e aperfeiçoar o ensino de História Militar em todas as nossas escolas.

O estudo continuado deveria ter um programa anual de leituras voltado ao nível estratégico e direcionado aos postos de tenente até tenente-coronel. Seria interrompido para oficiais em cursos, inclusive os preparatórios, missão no exterior, comando de OM e outras situações específicas. Os livros do programa deveriam estar relacionados aos distintos ramos de atividades dos militares, conforme estudos da Instituição sobre o perfil do líder estratégico almejado em cada um.

Alguns líderes não conseguem fazer o “salto do cartesiano para o holístico”. Existem líderes muito bons como tenentes, que são bons como capitães e apenas satisfatórios como oficiais superiores, mesmo sendo íntegros e dedicados. O nível estratégico deve ser ocupado apenas por líderes que, além de íntegros e dedicados, tenham feito a passagem do tático para o estratégico.

4. O AMBIENTE CONDICIONA A FORMAÇÃO E O APERFEIÇOAMENTO.

O ambiente deve ser acompanhado e considerado para se estabelecer as estratégias de formação e aperfeiçoamento de líderes, com o cuidado de saber que, tanto o ambiente, quanto as exigências da formação e aperfeiçoamento evoluem com o tempo e exigem adequações.

a. O Mundo – características

Evolução e mudanças contínuas num ambiente de estressantes e permanentes disputas geradoras de conflitos e crises. Os países dividem-se em um centro dominante, alguns são emergentes e a maioria é periférica. A globalização obedece à ética do poder com o centro dominante fazendo prevalecer seus interesses por meio de diversos instrumentos de pressão, inclusive no campo militar.

A unipolaridade do final do século XX tende para a multipolaridade parcial desde o início do século XXI. O nacionalismo ainda prevalece sobre liberalismo, socialismo e ambientalismo. O fundamentalismo religioso tem a capacidade de radicalizar os nacionalismos. Existem temas da agenda global – crime organizado, meio ambiente, direitos

das minorias e terrorismo – explorados por governos, organismos internacionais e ONGs, que podem servir de “justificativas” (ilegítimas) para a ingerência internacional em países emergentes e periféricos. Importância da credibilidade para o exercício da liderança, cujas bases são a competência e a ética, e do poder da mídia para construir e destruir a credibilidade de líderes e instituições.

Conclusão Parcial

Esse ambiente se reflete na segurança e na defesa nacional, portanto, no preparo e emprego da Força, o que ressalta a necessidade de líderes de alto desempenho. Líderes militares devem estar capacitados não só para assessorar, mas, principalmente, para influenciar as decisões do Ministro da Defesa e do Chefe de Estado. É a chamada liderança reversa. Visão/percepção, patriotismo, competência interpessoal, cultura geral e militar, comunicação e caráter são decisivos para a credibilidade e a capacidade de influenciar.

b. O Brasil – características

Prioriza a solução pacífica de conflitos e, por enquanto, mantém sua liderança natural na região sulamericana [comentário: essa liderança, em 2009, encontra-se muito fragilizada em 2024].

O nosso povo é trabalhador, empreendedor, criativo, idealista ingênuo, de baixo nível de educação, sendo crítico e alegre. O País vive uma crise de valores prolongada e sofre de uma corrupção endêmica, que acarreta o desvio de vultosos recursos, não sendo verdade a falta destes para melhorar a capacidade de dissuasão. As lideranças nacionais não demonstram compromisso com nosso futuro, estão desacreditadas e não têm visão estratégica.

Podemos considerar como valores nucleares: liberdade, família, tolerância, misticismo e dignidade da pessoa; e como valores latentes: democracia, patriotismo e comunitarismo. O Brasil é dependente no campo científico-tecnológico, apresenta baixo investimento neste setor e submete-se a imposições do centro dominante e de organismos internacionais para impedir seu desenvolvimento científico e tecnológico.

Temos como grave vulnerabilidade o vazio de poder na Amazônia, que compromete a integridade territorial e a soberania nacional e vem sendo explorada pelo centro dominante. A riqueza, o desenvolvimento e a projeção internacional do Brasil colocarão o País no eixo dos conflitos internacionais, implicando a necessidade de ação conjunta dos Ministérios das Relações Exteriores e da Defesa.

Existem desequilíbrios em todos os campos do poder, inclusive no político-militar, estando as FA sucateadas, sem peso político e, sem justificativa, afastadas do núcleo decisório do Estado.

Conclusão Parcial.

Os líderes militares devem participar da formulação de estratégias no nível nacional, inclusive para corrigir distorções, como antes mencionadas, que enfraquecem politicamente o campo militar. Devem saber compatibilizar modos de ação, meios e objetivos estratégicos, e compreender que as estratégias devem ajustar-se ao contexto cultural e às características nacionais.

O papel dos líderes militares requer um elevado nível de liderança para atuar em ambientes externos à Força, interagindo com profissionais de alto nível de outras áreas. Assim, são válidas, também, as conclusões parciais da letra “a”.

c. O Exército

É um instrumento instituído pela Nação para, junto com a Marinha do Brasil e a Aeronáutica, assegurar sua defesa e garantir os poderes constitucionais, a lei e a ordem, conforme a Constituição Federal (CF - art. nº142).

A Carta Magna define as FA como Instituições nacionais e permanentes, subordinadas ao Estado. Organizam-se com base na hierarquia e na disciplina, condições indispensáveis para contar com a confiança da sociedade de que só usarão os meios de violência, por ela disponibilizados, para defender os interesses nacionais e não os de grupos ou indivíduos de qualquer natureza.

No Sistema de Planejamento do Exército estão contempladas a missão, visão de futuro, síntese dos deveres, valores e ética e fatores críticos para o êxito da missão do EB, periodicamente atualizados. Os futuros líderes militares são jovens vindos de diferentes regiões e classes sociais, com distintas experiências e hábitos, muitos com distorções de comportamento independentes da classe social. A Força busca transformá-los em um grupo que comungue dos valores, crenças e ideais da Instituição, que seja coeso e de comportamento padronizado.

É a construção da “identidade militar”, que não faz do grupo uma casta, mas lhe confere um papel específico e grande responsabilidade social, **uma vez que a reputação, a imagem e a credibilidade da Força sempre serão afetadas pelo comportamento de seus componentes, particularmente, dos chefes.**

Aí estão sintetizados o papel legal, os fundamentos morais e éticos da ação do EB e o esforço de transformação do cidadão, inicialmente em cidadão-soldado e, posteriormente, em líder militar. O EME e as Escolas devem tê-los, também, em mente ao estabelecerem diretrizes, estratégias e programas referentes à formação e ao aperfeiçoamento dos futuros líderes militares.

5. CONSTRUINDO O LÍDER MILITAR

Da análise do contexto - mundo, Brasil e EB - a Instituição determina o perfil de líder que o Exército precisa e planeja como prepará-lo. O futuro oficial precisa compreender o papel do líder militar no Estado e na Força, seja como assessor nos altos escalões, seja como condutor no cumprimento de missões e mestre na educação moral e no adestramento.

Deve considerar que poderá nunca vir a combater, mas vai sempre assessorar, chefiar, educar e instruir.

Deve se conhecer a si mesmo, fazer autocríticas e melhorar sempre.

Compreender que o líder não é alguém do mesmo nível do subordinado e nem esse o quer assim. Deseja ter um guia que tenha algo a lhe ensinar para ajudá-lo a progredir, um conselheiro, um amigo, mas não um parceiro para atividades “extraclasse”.

Entender que a profissão é serviço e servidão, um nobre sacerdócio cívico, e não um emprego. Serviço à Pátria - compromisso exclusivo e perene com a Nação, o Estado e o EB - sem dividi-lo com grupos de qualquer natureza.

Servidão à CF, às leis e aos valores que regem a profissão e não a homens e associações de qualquer espécie.

O EB deve identificar, desde cedo, os chefes militares com pendor de liderança e cuidar para que inveja e egoísmo não prejudiquem sua ascensão. Líderes incomodam os chefes inseguros e fracos.

a. A preparação e o aperfeiçoamento contínuos visarão a desenvolver:

1) **COMPETÊNCIA.** É revelada pelo conhecimento e cultura, geral e profissional, exercidos com inteligência calcada em nobreza de caráter (integridade, honestidade de propósitos, lealdade e senso de justiça). Intuição é importante atributo que resulta do conhecimento e experiência prática e enriquece a competência. A competência gera credibilidade e reforça a autoconfiança e a autoestima, e a intuição resulta da percepção e avaliação de contextos e não deve ser confundida com adivinhação.

Competência, em seu mais alto nível, significa sabedoria e combina:

- Golpe de vista tático nos escalões inferiores e percepção, ou seja, golpe de vista estratégico nos escalões superiores (capacidade de “ver o outro lado da colina”).

- Objetividade (ater-se ao fundamental) e criatividade (soluções inovadoras em situações anormais).

- Capacidade de decisão e de direção.

- Comunicação para esclarecer, convencer e motivar (a oratória é fator crítico para a liderança).

- Adaptabilidade e flexibilidade.

- Competência Interpessoal (inteligência emocional) para dialogar, cativar e estabelecer um ambiente de confiança e cooperação dentro e fora do trabalho.

2) **CORAGEM MORAL E FÍSICA.**

É disposição para decidir, agir e assumir a responsabilidade pelas consequências, enfrentando riscos físicos e profissionais.

Equilíbrio emocional, autoconfiança e autoestima ajudam o exercício tanto da coragem física como da coragem moral.

Coragem moral requer ascendência do líder, que é resultado do seu exemplo pessoal e deve ser manifestada diante de companheiros e subordinados, não apenas de chefes.

Para a ascendência moral de um líder são importantes atributos e valores como: honestidade de propósitos, coerência de atitudes, senso de justiça, lealdade, camaradagem, discrição e bom relacionamento (que evita rejeição), pois lhe conferem credibilidade.

O líder evidencia coragem moral quando:

- defende suas convicções com franqueza, observando o tato com os subordinados, camaradagem com os companheiros e disciplina com os superiores;
- resiste às pressões de grupos para fazer o que não deseja (se não for sua obrigação) ou julga ser incorreto;
- assume riscos perante os superiores na defesa do que é legal e justo; e
- não se deixa levar pelo impulso de ser simpático ou “bom moço” com subordinados e companheiros.

Perante os superiores, coragem moral sem disciplina é rebeldia.

O militar sem discricção, que alardeia, vaidosamente, atitudes de desafio aos superiores, perante companheiros e subordinados, revela deslealdade e estrelismo, comprometendo a própria liderança.

3) HUMANIDADE

É respeito à dignidade do ser humano em geral e à personalidade de cada indivíduo, tanto quanto permita o interesse coletivo. Revela-se pelo senso de justiça, pela disposição para ouvir e pelo interesse em conhecer e apoiar o subordinado.

Ao buscar o bem-estar dos subordinados, o líder deve:

- distinguir necessidades de desejos;
- equilibrar o interesse do serviço com o do militar e família, sabendo quando priorizar cada um;
- considerar o mérito e a autoestima ao distribuir recompensas;
- advertir e aplicar a justiça; e
- esforçar-se pelo aperfeiçoamento moral e profissional dos comandados.

O líder evita esforços e riscos inúteis para a tropa e constrói um ambiente de camaradagem e cooperação. Em síntese, conhecer, amar, respeitar e defender, mas também, orientar, corrigir e reprimir. Paternalismo compromete a missão e solicitude demasiada cria maus hábitos, vícios e confusão a respeito de direitos e deveres e de interesses e necessidades.

4) AUSTERIDADE

É rigidez de princípios de quem dignifica o cargo servindo à Instituição, a sua OM e a seus irmãos de armas nunca deles se servindo para interesses particulares. Exige do líder firmeza e coerência de atitudes, sereno rigor no trato com os comandados e consigo mesmo, compartilhar sacrifícios e dificuldades e cobrar sempre mais de si. Demonstra otimismo com realismo, bom-humor adequado a cada situação, camaradagem sem intimidade, humildade com altivez e maturidade progressiva sem perda da motivação.

Um chefe austero sabe – sem vaidades ou deslumbramentos – que o tempo e as pessoas passam. O que deve ficar não é sua imagem, mas os bons exemplos. Se os seus comandados, ainda que sem lembrar a origem, incorporarem estes exemplos e procederem como cidadãos, militares e chefes dignos, ele será “eterno” mesmo após cumprir sua missão no Exército e na vida.

b. Resultados esperados como consequência da preparação contínua

Chefes Militares exemplares que, por isso:

- sejam líderes admirados, respeitados, reconhecidos e valorizados pelo EB e pela tropa;
- adquiram fama e credibilidade e, assim, possam influenciar dentro e fora da Força;
- tenham habilidade para desenvolver frações/organizações de alto desempenho; e
- sejam capazes de contribuir para desenvolver, nas suas OM e na Instituição, o mais elevado senso de dever, espírito de corpo e coesão.

6. CONCLUSÃO.

Muitos estudiosos no EB sabem como devem ser formados e aperfeiçoados os nossos líderes. Grande parte do apresentado neste artigo já está em execução, porém, quando alguém diz algo que já conhecemos ou sugere fazer o que já fazemos é um indício de que estamos no caminho certo. Outras ideias expostas são úteis para aprimorar a preparação de líderes da Força.

O Exército precisa preparar chefes militares para serem, também, líderes capazes de conduzir, efetivamente, os comandados no cumprimento de missões de alta relevância em situações de normalidade ou de conflito.

